suplemento 10 | 2021
O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS

TROIA.
A *TERRA SIGILLATA* DA OFICINA 1
ESCAVAÇÕES DE 1956-1961 E 2008-2009

Ana Patrícia Magalhães

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA | IMPRENSA NACIONAL

Ana Patrícia Magalhães nasceu em 1983, no concelho de Cascais, viveu em Oeiras até à conclusão do ensino universitário e atualmente reside em Palmela.

Licenciada em Arqueologia e História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2001-2006), onde também obteve o grau de Mestre, defendido em 2011, e cuja investigação foi objeto da publicação deste livro.

Começou a sua atividade profissional com trabalhos arqueológicos de emergência, mas durante 13 anos esteve inteiramente dedicada ao Projeto de Valorização das Ruínas Romanas de Troia, em todas as suas vertentes de investigação, conservação e valorização, realizando tarefas que vão desde a codireção de escavações à comunicação cultural e desenvolvimento de audiências.

É precisamente esta experiência profissional que motivou o ingresso no 3.º Ciclo em Estudos do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 2019, com o tema «O Complexo Portuário Romano do Sado», procurando dar continuidade à sua investigação nesta região numa perspetiva mais abrangente.

A sua pesquisa versa o interesse no comércio romano, no centro de preparados piscícolas de Troia e no povoamento do Sado, assim como em gestão turística e cultural, com mais de 50 títulos publicados.

suplemento 10 | 2021
O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS

TROIA.
A *TERRA SIGILLATA* DA OFICINA 1
ESCAVAÇÕES DE 1956-1961 E 2008-2009

Ana Patrícia Magalhães

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA | IMPRENSA NACIONAL

MAGALHÃES, Ana Patrícia. 1983-
Troia. A *terra sigillata* da Oficina 1. Escavações de 1956-1961 e 2008-2009 – Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Imprensa Nacional, 2021 – 238 p.: il., 28 cm. –
(Suplemento a «O Arqueólogo Português». ISSN 0874-579X; 10).
ISBN 978-972-27-2874-4 (IN)
ISBN 978-972-776-577-5 (DGPC)

Foto da capa: Detalhe da decoração do prato da forma Hayes 54 recolhido na Oficina 1 de Troia (n.º de inv. 983.63.917) (fotografia de João Almeida).

Suplemento n.º 10 a «O Arqueólogo Português»

DIRETOR
António Carvalho

COORDENAÇÃO
Lívia Cristina Coito

DESIGN GRÁFICO
Artlandia

MAQUETAGEM
Rui Roberto de Almeida

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO
Imprensa Nacional

Todos os direitos reservados ao abrigo do Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos

ISBN 978-972-27-2874-4 (IN)
ISBN 978-972-776-577-5 (DGPC)
ISSN 0874-579X
Depósito legal n.º 3161/83
Impresso em março de 2021

Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-206 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000
E-mail: diretor@mnarqueologia.dgpc.pt
http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/

Imprensa Nacional
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incm.pt

REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMONIO CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

IMPRENSA NACIONAL

Índice

PRÓLOGO 11

RESUMO 17

ABSTRACT 18

INTRODUÇÃO 19

1. A ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DE TROIA 21
1.1. Enquadramento geográfico 21
1.2. Panorama histórico-arqueológico 25
1.3. A ocupação romana em Troia: sinopse sobre o estado atual de conhecimentos 28

2. A OFICINA DE SALGA 1 DE TROIA 37
2.1. O complexo de produção de preparados piscícolas de Troia 37
2.2. Intervenções arqueológicas, arquitetura e faseamento da Oficina de salga 1 40
2.2.1. Intervenções arqueológicas 40
2.2.2. Arquitetura e faseamento da Oficina 1 44

3. A *TERRA SIGILLATA* DA OFICINA DE SALGA 1 49
3.1. Metodologia de estudo 49
3.2. As escavações antigas de 1956 a 1961 53
3.2.1. Escavação e contextos estratigráficos 53
3.2.1.1. A escavação da Oficina de salga 1 55
3.2.1.2. Metodologia do trabalho de campo 56
3.2.1.3. Estratigrafia e contextos 58
3.3. As escavações recentes de 2008 e de 2009 78
3.3.1. Escavação e contextos estratigráficos 78
3.3.1.1. A escavação da parte sudeste da Oficina de salga 1 78
3.3.1.2. Metodologia do trabalho de campo 79
3.3.1.3. Estratigrafia e contextos 79
3.4. A *terra sigillata* 86
3.4.1. A *terra sigillata* de tipo itálico (TSI) 91
3.4.2. A *terra sigillata* sudgálica (TSS) 93
3.4.3. A *terra sigillata* hispânica (TSH) 98
3.4.4. A *terra sigillata* hispânica tardia (TSHT) 101
3.4.5. A *terra sigillata* africana A (TSA A) 104
3.4.6. A *terra sigillata* africana A/D (TSA A/D) 112
3.4.7. A *terra sigillata* africana C (TSA C) 114
3.4.8. A *terra sigillata* africana C/E (TSA C/E) 127
3.4.9. A *terra sigillata* africana D (TSA D) 128
3.4.10. A *terra sigillata* africana (TSA) 175
3.4.11. A *terra sigillata* luzente (TSL) 176
3.4.12. A *terra sigillata* paleocristã (DSP) 177
3.4.13. A *terra sigillata* foceense (TSF) 177

4. INTERPRETAÇÃO DA *TERRA SIGILLATA* DA OFICINA DE SALGA 1 179
4.1. Confronto entre a *terra sigillata* recolhida nas escavações antigas (1956-1961) e a das escavações recentes (2008-2009) 180
4.2. Confronto entre a *terra sigillata* da Oficina de salga 1 e outros sítios arqueológicos 183
4.3. A ocupação tardia e o abandono da Oficina de salga 1 187

CONCLUSÃO 191

ABREVIATURAS UTILIZADAS 196

BIBLIOGRAFIA 197

ANEXO I 205

Agradecimentos

Este trabalho teria sido completamente impossível sem a ajuda de muitas pessoas e por isso não poderia deixar de expressar o meu agradecimento a todos os que me apoiaram no seu decurso.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao Professor Doutor Carlos Fabião, pela sua disponibilidade na orientação da dissertação de mestrado, pelas suas sugestões bibliográficas, pela sua compreensão e pela paciência na leitura e discussão dos vários textos aqui presentes.

À Professora Doutora Catarina Viegas devo a minha inspiração para prosseguir estudos nesta categoria cerâmica, a solicitude no esclarecimento de dúvidas ao longo de todos estes anos, o seu eterno apoio e a motivação que me fizeram continuar a insistir nesta matéria que lhe é tão próxima.

Ao Doutor José Carlos Quaresma agradeço a enorme «pilha» de bibliografia que me cedeu e à sua disponibilidade para a discussão dos fabricos.

No decorrer do trabalho de investigação tive a oportunidade de realizar dois cursos de cerâmica africana com M. Bonifay, um em Sevilha e outro em Lisboa, que me ajudaram a organizar o conjunto de *terra sigillata* africana. Em Lisboa tive ainda a oportunidade de mostrar a totalidade da *terra sigillata* africana da Oficina 1 a Michel Bonifay e de poder discutir consigo os fabricos e as formas a adotar. A terra sigillata africana é precisamente o tipo de produção mais numeroso do conjunto estudado e por isso este trabalho deve muito a M. Bonifay. Nunca esquecerei a sua paciência na explicação dos fabricos e nas diferenças entre algumas formas numa intensa semana de trabalho em que decorreu o curso no MNA, bem como o seu incentivo para que por fim publicasse estes resultados.

Aos funcionários do Museu Nacional de Arqueologia, agradeço a sua simpatia, em particular à Luísa e à Carla que foram incansáveis na resposta aos meus pedidos. À Helena Figueiredo agradeço os inúmeros desenhos de peças do MNA, que mostram a sua imensa qualidade técnica, e sem os quais não me teria sido possível levar a cabo esta tarefa no prazo previsto.

Aos queridos Carlos Pereira, Catarina Alves, Teresa Pereira, João Araújo Gomes, Margarida Figueiredo agradeço a sua amizade e disponibilidade para me ajudarem sempre que precisei. Neste grupo destaco ainda o João Almeida, responsável pelas fotografias de excelente qualidade, e a Elisa Sousa com o seu bom senso no alívio de todas as minhas dúvidas e a sua incansável ajuda na fase final de revisão de textos.

Às minhas colegas e amigas da equipa de Troia, Patrícia Brum e Filipa Santos agradeço o apoio e incentivo permanentes para que não desistisse deste projeto. À Patrícia Brum, que acompanhou todo o processo, agradeço a paciência que revelou na fase final do trabalho de investigação e o seu apoio na revisão de textos para publicação. À Filipa Santos agradeço a sua capacidade de tornar tudo mais leve, a revisão de textos e palavra sempre meiga.

Resumo

Este estudo apresenta uma grande quantidade de material, sobretudo de *terra sigillata* africana D, da primeira e últimas escavações da Oficina 1 (Troia). Estes materiais foram recolhidos por F. Bandeira Ferreira que descobriu a oficina em 1956 e trabalhou nesta fábrica no final dos anos 50 do século XX. Mais tarde, nos inícios dos anos 60, M. Farinha dos Santos, pôs a descoberto a parte noroeste da oficina. A escavação mais recente foi realizada pela equipa de arqueologia do Troia Resort, entre 2008 e 2009.

Apesar de alguma informação registada nessas escavações se ter perdido, alguns relatórios de campo e a correspondência trocada entre os investigadores foi preservada e mereceu um estudo aprofundado, permitindo a interpretação e contextualização de um impressionante volume de cerâmicas que enriquece o conhecimento da Oficina 1. Os trabalhos recentes ajudaram a ultrapassar os vazios de informação existente na documentação antiga e a consolidar esses resultados.

As diferentes produções e a variedade de formas de *terra sigillata* identificadas na Oficina 1 demonstram uma capacidade económica excecional e indicam uma considerável facilidade de aquisição de produtos importados.

A pesquisa levada a cabo permite afinar a cronologia preexistente (Étienne, Makaroun e Mayet, 1994, p. 48), indicando que o abandono da produção de salgas nesta oficina se terá dado no segundo quartel do século V, quando se verifica uma queda acentuada dos níveis de importação da *terra sigillata* e a área começa a ser utilizada essencialmente para depósito de lixos domésticos. As peças mais tardias, cuja datação se pode estender até meados do século VI d. C. são raras, e devem ser integradas na necrópole que ocupou esta área.

1. A Estação Arqueológica de Troia

1.1. Enquadramento geográfico

A estação arqueológica de Troia (CNS2 — Monumento Nacional com Zona Especial de Proteção e zona *non aedificandi*[1]), implantada numa restinga arenosa que forma a atual península de Troia, situa-se na freguesia do Carvalhal, concelho de Grândola e distrito de Setúbal (fig. 1 a 3).

Em 1910 as ruínas foram classificadas como Monumento Nacional (Decreto de 16 de junho[2]) e em 1968 foi-lhes atribuída uma Zona Especial de Proteção com uma área vedada à construção (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 155, de 02/07/1968, e *Diário da República*, Portaria n.º 40/92, de 22 de janeiro).

Localizadas na margem esquerda do Sado, diante de Setúbal, as ruínas romanas ocupam hoje uma língua de areias do lado este da península que se prolonga por uma faixa de cerca de 1,5 km junto à orla do estuário do Sado, tendo por limite oeste a laguna da Caldeira. O lado sul da península é banhado pelo oceano Atlântico (fig. 4).

Do ponto de vista geológico, o arco litoral Troia-Sines em que se encontra esta península é formado por sedimentos holocénicos, constituídos essencialmente por areias de praia e aluviões fluviais e lagunares, formando uma paisagem de relevo suave (Andrade et al., 2006, p. 397). Este tipo de solo é pouco propício à agricultura, à exceção do cultivo do arroz, batata-doce e de pequenas hortas familiares, o que é compensado pela localização favorável à atividade salineira, resinosa, corticeira, à pesca e à criação de pisciculturas (Freitas e Andrade, 2008, p. 23).

Os diversos estudos geomorfológicos sobre a génese da restinga que forma a península de Troia são ainda pouco esclarecedores no que diz respeito ao desenvolvimento da sua fisionomia. Esta poderá ter sido formada como restinga única que veio a aumentar progressivamente de tamanho; ou fruto do alinhamento de pequenas ilhas barreira alinhadas que posteriormente vieram formar uma restinga contínua e delimitadora da embocadura do estuário do Sado (fig. 5) (Quevauviller, 1987; p. 131-134; Freitas e Andrade, 2008, p. 28-29). A ponta norte da península, a oeste da laguna da Caldeira, é já de formação recente (Freitas e Andrade, 2008, p. 29) e em contínua acreção, tal como o comprovam estudos mais recentes de morfodinâmica (Carapuço, 2005).

Por difícil que seja pensar numa ilha isolada frente às intempéries do Atlântico, considera-se provável que Troia (a Ácala de Avieno?) tivesse uma ou mais ilhas a atuar como escudo de proteção frente ao oceano, que mais tarde também se uniram na restinga atual.

[1] ZEP/Zona «non aedificandi»: *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 155, de 02/07/1968; *Diário da República*, Portaria n.º 40/92, de 22 de janeiro; Portaria n.º 1170/2009, de 5 de novembro.

[2] MN — Monumento Nacional: Decreto de 16-06-1910, *Diário do Governo* n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Fig. 1 — Localização de Troia no território atualmente português.

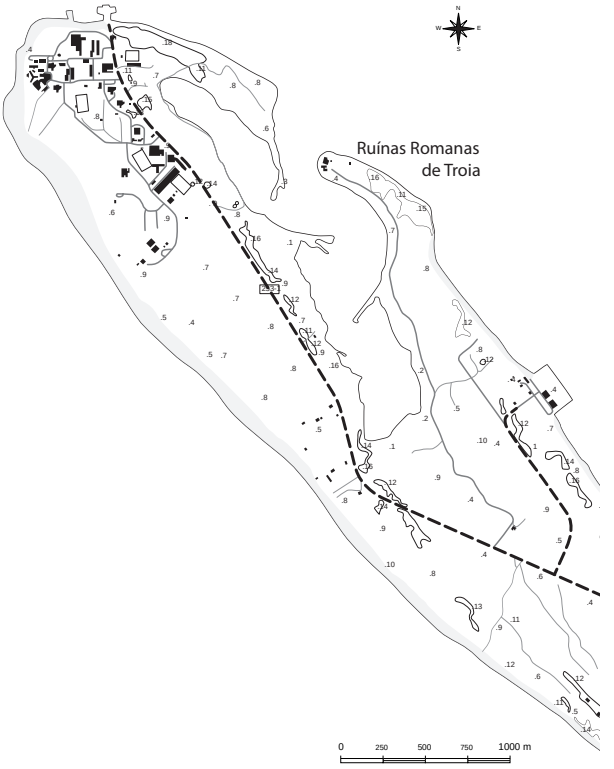

Fig. 2 — Localização das Ruínas Romanas de Troia a partir do excerto da Carta Militar n.º 465 de Outão (Setúbal) (adaptação e desenho vetorial: Rui Roberto de Almeida).

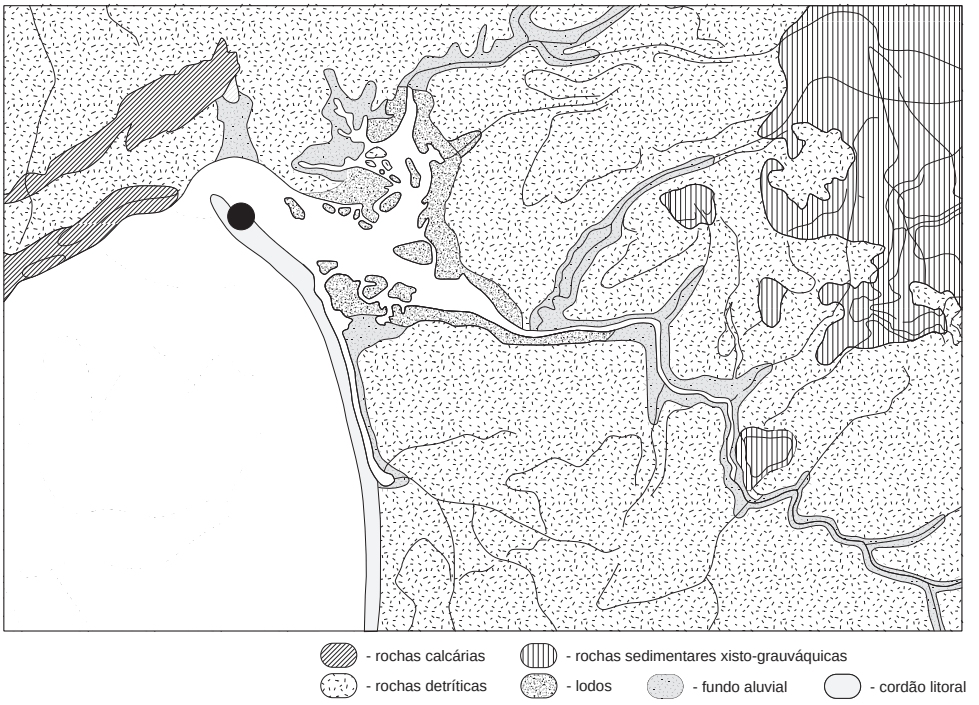

Fig. 3 — Localização das Ruínas Romanas de Troia na carta litológica simplificada do Baixo Sado (segundo Carta Litológica do Centro de Estudos Geográficos, 1980) (adaptação e desenho vetorial: Rui Roberto de Almeida).

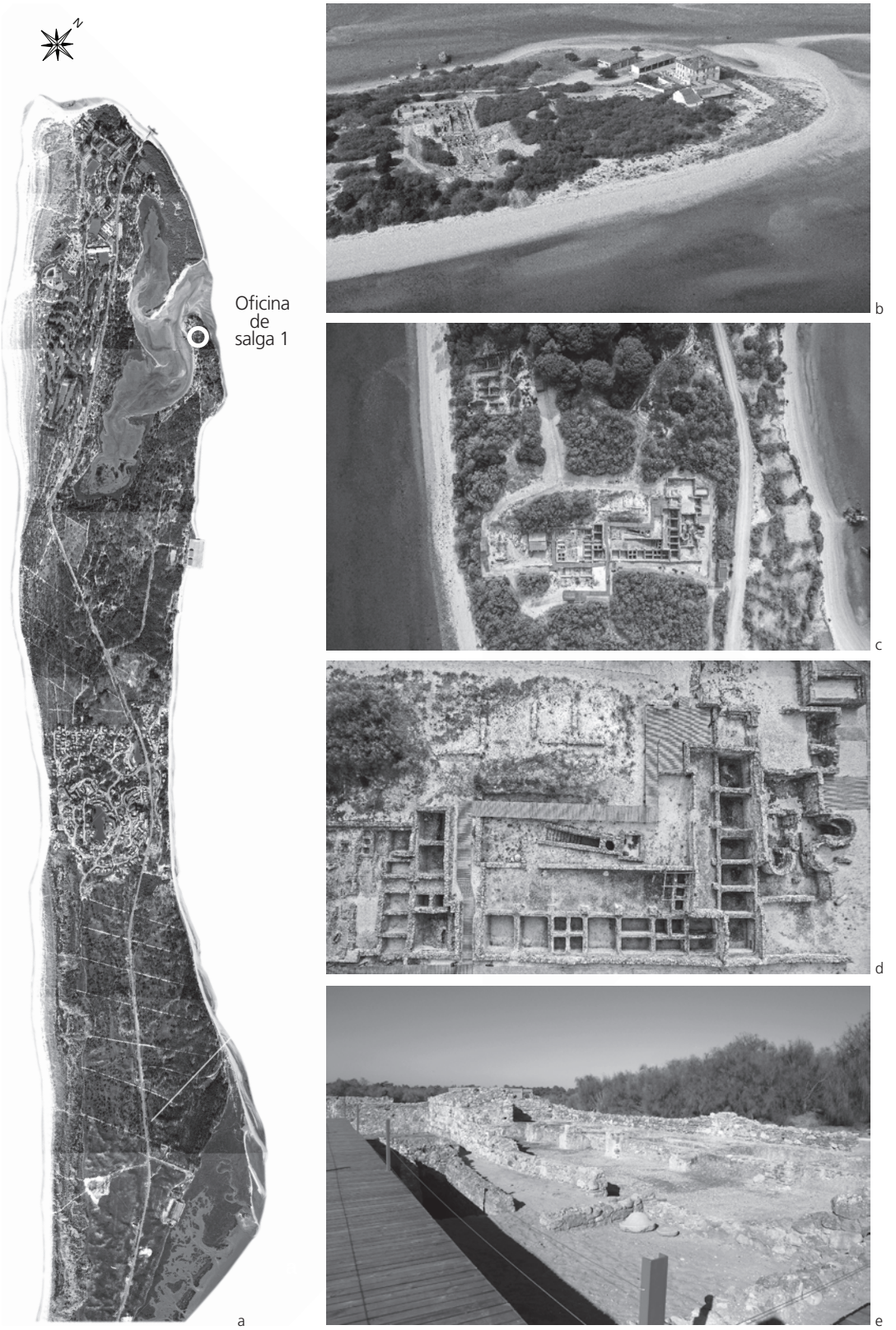

Fig. 4 — Vistas da península de Troia e da Oficina de salga 1. a) Ortofoto da península de Troia; b) Vista aérea do núcleo principal das ruínas (fotografia de Mafalda Carapuço); c) Enquadramento aéreo da Oficina de salga 1 (fotografia de José Correia); d) Vista aérea da Oficina de salga 1 (fotografia de José Correia); e) Unidade de produção noroeste da Oficina de salga 1 (fotografia de Miguel Costa).

A existência de um fundeadouro cerca de 200 m frente à orla onde se estendem as ruínas, na zona correspondente à praia da Califórnia, sugere que a erosão fluvial que o sítio arqueológico de Troia tem vindo a sofrer ao longo dos séculos não terá destruído estruturas para além desse limite. Segundo Cristóvão Fonseca, que estudou materiais recolhidos em prospeções subaquáticas dessa área, este fundeadouro com 25 m de profundidade máxima, ainda que pudesse estar mais protegido, tem as características de fundeio de áreas em mar aberto, sendo um local de aportação ideal para navios de grande calado (2004, p. 444-445). Por outro lado, é sempre possível que o fundeadouro tenha simplesmente permitido o rolamento de materiais de outras proveniências (2004, p. 442).

Parte integrante da província da *Lusitania*, Troia estava enquadrada numa área fortemente romanizada e com grande vitalidade económica, com olarias e salinas necessárias à manutenção de um grande complexo industrial, com estreitas ligações com as cidades mais próximas: *Caetobriga*, a cidade romana de Setúbal, e *Salacia*, em Alcácer do Sal (fig. 5 e 6). As fontes escritas são escassas e pouco concretas: Rufio Festo Avieno, poeta latino do século IV d. C. descreve na Orla Marítima a ilha de *Achale* (Ferreira e Carvalho, 1992, p. 22). Esta referência que tem por base o périplo de massaliota escrito no século VI a. C. (Ferreira e Carvalho, 1992, p. 9-11) poderá corresponder a Troia (Ferreira e Carvalho, 1992, p. 48), ainda que não se tenham encontrado evidências arqueológicas a corroborar esta associação.

Apesar do exposto, o topónimo latino de Troia é ainda desconhecido, uma vez que a sua correspondência a *Achale* levanta diversas interrogações, mesmo aceitando que Troia seria à época uma ilha, sendo duvidosa a sua identificação com a *Caepiana* referida por Ptolomeu (Guerra, 2004).Do núcleo principal das Ruínas Romanas de Troia destacam-se as termas, a basílica, o bairro residencial, a necrópole das sepulturas *mensae*, o mausoléu e a sua necrópole, e as várias oficinas de salga (fig. 7). A Oficina 1, objeto de estudo nesta monografia, localiza-se entre as termas, a sudoeste e a Oficina 2, a nordeste [8º53'04.90"W de longitude, 38º29'11.03"N de latitude, a cerca de 4,50 m (altura média do pavimento) do nível médio das águas do mar (n.m.a.m.)].

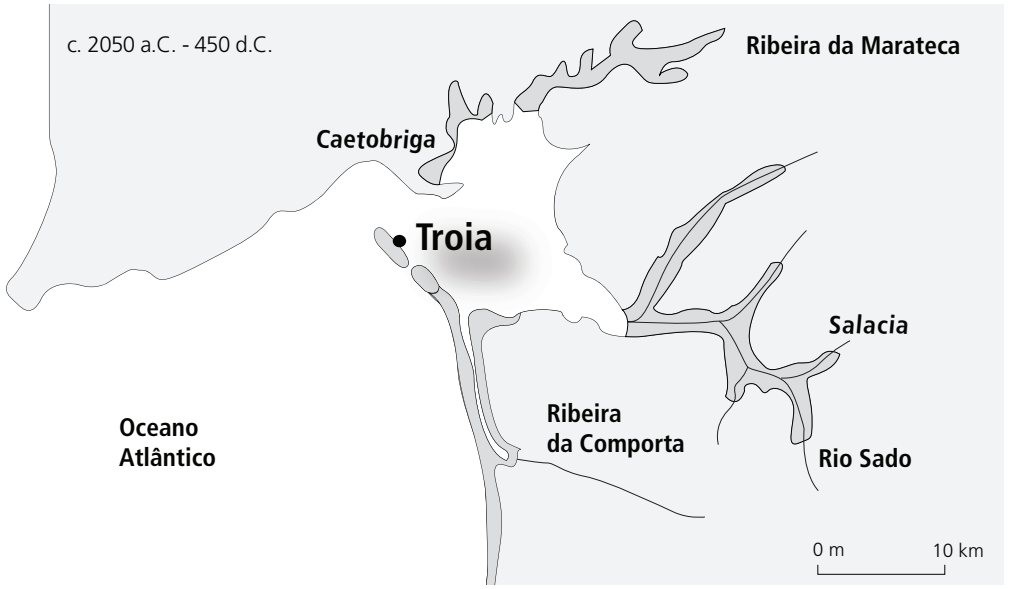

Fig. 5 — Hipótese geomorfológica de Troia em época romana (com base em Freitas e Andrade, 2008).

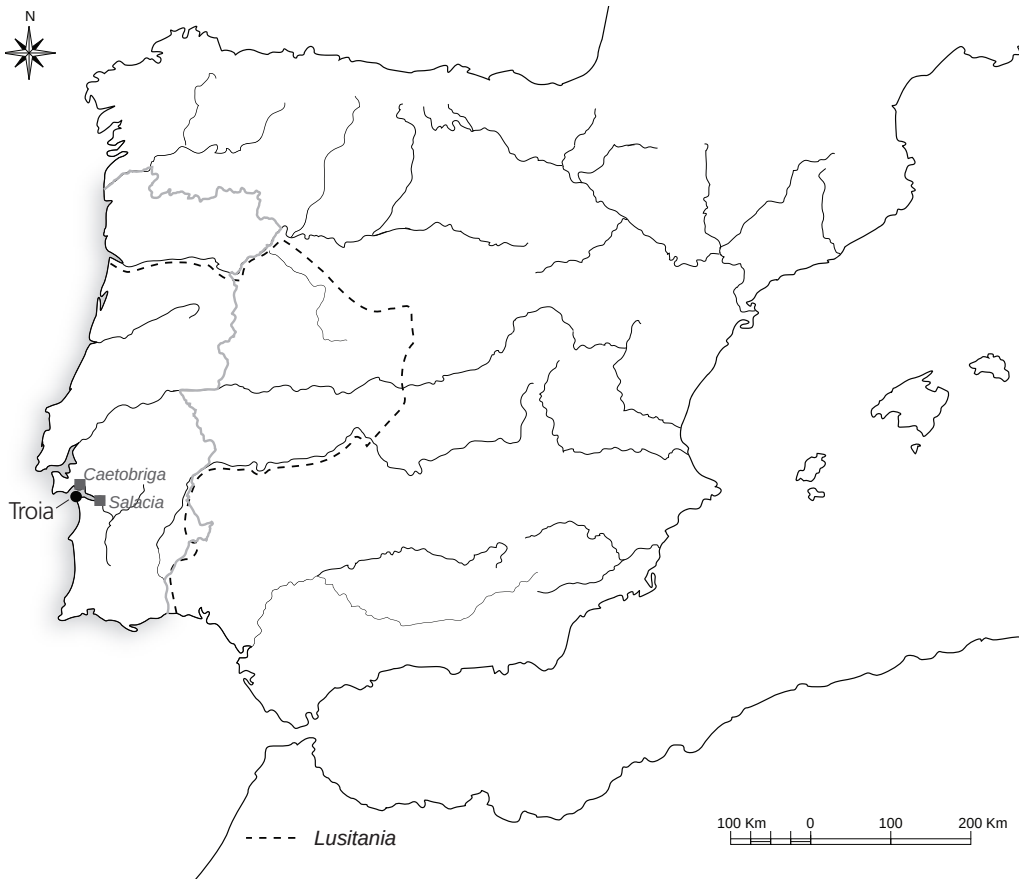

Fig. 6 — Enquadramento geográfico de Troia na Lusitânia.

1.2. Panorama histórico-arqueológico

As Ruínas Romanas de Troia começam a ser referidas nos escritos humanistas do século XVI. Gaspar de Barreiros menciona as *salgadeiras em que curauam o pescado* na sua obra *Chorographia* e noutro documento — *Suma e descripçam de Lusitania* — de que se presume ser autor, alude-se a *Caetobriga* e à sua identificação com Troia. André de Resende escreveu também algumas palavras sobre a *Cetobrix ptolomaica* em *De Antiquitatibus Lusitaniae* (Castelo-Branco, 1965, p. 1-5).

No século XVII, surgem outras referências: Duarte Nunes de Leão, Fr. Bernardos de Brito, João Baptista Lavanha, entre outros, descrevem os achados importantes que iam surgindo da exploração dessas areias.

No século XVIII fazem-se novas menções às descobertas nas ruínas, em particular àquelas que foram colecionadas pelo duque de Aveiro (Castelo-Branco, 1965, p. 11-13). Nestes relatos percebe-se que o sítio arqueológico terá sido nessa altura espoliado de uma grande quantidade de materiais (Castelo-Branco, 1965, p. 15).

No século XVIII as ruínas de Troia despertam também o interesse de Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas Anes de Carvalho, que aí realiza trabalhos para fundamentar uma eventual relação das ruínas com um passado bíblico (Castelo-Branco, 1965, p. 14-15).

Suplementos a «O Arqueólogo Português»

1. *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*

2. *Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa. As colecções do Museu Nacional de Arqueologia*
Maria Clara Salvado

3. *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*

4. *As necrópoles de Silveirona (Santo Estêvão, Estremoz). Do mundo funerário romano à Antiguidade Tardia*
Mélanie Cunha

5. *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*
Ana Sofia Tamissa Antunes

6. *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*
Luis Berrocal-Rangel e António Carlos Silva

7. *Leite de Vasconcelos e Orlando Ribeiro. Encontros epistolares (1931-1941)*
Maria Fernanda Alegria, Suzanne Daveau e João Carlos Garcia

8. *Manuel Heleno: Pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*
João Luís Cardoso, ed. lit., Luís Raposo, Nuno Bicho e Carlos Fabião

9. *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no extremo sul da Lusitânia*
Carlos Pereira

MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA

IMPRENSA
NACIONAL

REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

GRÂNDOLA
MUNICÍPIO

SETÚBAL
MUNICÍPIO PARTICIPADO

BÜHLER-BROCKHAUS
COLLECTION

ISBN 978-972-27-2874-4
9 789722 728744